

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
  - Caso haja em sua prova itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
  - Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
-

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto CB2A1AAA

1 A pergunta a respeito da exigibilidade ou não de  
procedimento licitatório prévio para a contratação de serviços  
profissionais de advocacia não comporta uma resposta  
4 genérica, seja em sentido positivo, seja em sentido negativo.  
Na verdade, o campo de atuação profissional do advogado  
é bastante amplo e compreende tanto trabalhos usuais,  
7 corriqueiros, de pequena complexidade técnica, quanto  
situações de extrema dificuldade, verdadeiramente  
polêmicas e de enorme repercussão prática, de ordem tanto  
10 econômica quanto propriamente jurídica.

O estudo desse problema exige muita ponderação,  
repudiando-se, de uma vez, soluções simplistas e  
13 extremadas. Nem se pode dizer que toda contratação direta  
de advogado pelo poder público é lícita, dado o caráter  
fundamentalmente intelectual e pessoal do trabalho  
16 advocatício, nem se pode afirmar que toda e qualquer  
contratação de advogado deve ser precedida de licitação,  
em face do princípio da isonomia.

19 Existem, no entanto, assuntos de grande repercussão  
política correspondentes a programas ou prioridades  
determinadas exatamente pela estrutura política eleita  
22 democraticamente pelo corpo social, e o tratamento de  
temas dessa natureza requer a seleção de assistentes  
jurídicos nomeados para cargos de provimento em comissão  
25 ou a contratação temporária de profissionais alheios ao corpo  
permanente de servidores.

Adilson Abreu Dallari. **Contratação de serviços de advocacia pela administração pública.** Brasília. a. 35 n. 140 out./dez. 1998. Internet: <[www2.senado.leg.br](http://www2.senado.leg.br)> (com adaptações).

---

Com relação aos sentidos do texto CB2A1AAA, julgue os itens a seguir.

- 1 O autor do texto defende que, em se tratando de assuntos de grande repercussão política, a opção pela realização de concursos para a contratação de assistentes jurídicos deve prevalecer sobre a contratação temporária desses profissionais.
- 2 Depreende-se do texto que a contratação de serviços profissionais de advocacia por meio de procedimento licitatório requer a análise de profissionais da área.
- 3 No início do segundo parágrafo, o termo “problema” faz referência à “exigibilidade ou não de procedimento licitatório prévio para a contratação de serviços profissionais de advocacia” (l. 1 a 3).

---

Espaço livre

---

---

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB2A1AAA, julgue os próximos itens.

- 4 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso a expressão “em face do” (ℓ.18) fosse substituída por **devido o**.
  - 5 Na linha 4, o vocábulo “seja”, nas suas duas ocorrências, introduz uma condição.
  - 6 Apesar de a palavra “eleita” (ℓ.21) ser sinônima de **elegida**, a substituição daquela por esta comprometeria a correção gramatical do texto.
  - 7 O texto é predominantemente argumentativo, uma vez que nele se defende determinado posicionamento com relação à avaliação acerca da exigibilidade ou não de procedimento licitatório prévio para a contratação de advogados.
  - 8 A substituição da expressão “a respeito da” (ℓ.1) por **a cerca da** manteria a correção e o sentido do texto.
  - 9 A substituição das formas verbais “é” (ℓ.14) e “deve” (ℓ.17) por **seja** e **deva**, respectivamente, não alteraria a correção gramatical do texto.
  - 10 No trecho “tanto trabalhos (...) prática” (ℓ. 6 a 9), os termos “tanto” e “quanto” introduzem, respectivamente, aspectos distintos que envolvem “o campo de atuação profissional do advogado” (ℓ.5).
-

## Texto CB2A2AAA

1 O pensamento do filósofo grego Sócrates, no século V  
a. C., marcou uma reviravolta na história humana. Até então,  
a filosofia procurava explicar o mundo com base na  
4 observação das forças da natureza. A partir de Sócrates, o  
ser humano voltou-se para si mesmo.

A preocupação do filósofo era levar as pessoas, por  
7 meio do autoconhecimento, à sabedoria e à prática do bem.  
Para o filósofo grego, o papel do educador é, portanto, o de  
ajudar o discípulo a caminhar nesse sentido, despertando  
10 sua cooperação para que ele consiga, por si próprio, iluminar  
sua inteligência e sua consciência.

Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de  
13 conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos. Ele  
deve, segundo Sócrates, admitir a reciprocidade ao exercer  
sua função iluminadora, permitindo que os alunos contestem  
16 seus argumentos da mesma forma que ele contesta os  
argumentos dos alunos. Para esse pensador, só a troca de  
ideias dá liberdade ao pensamento e a sua expressão,  
19 condição imprescindível para o aperfeiçoamento do ser  
humano.

**Sócrates.** *In: Coleção Grandes Pensadores.* Revista Nova Escola. Ed. 179, jan.–fev./2005. Internet: <<https://novaescola.org.br>> (com adaptações).

---

A respeito das propriedades linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue os itens subsequentes.

- 11 O vocábulo “portanto” (ℓ.8) denota que a oração na qual está inserido constitui uma conclusão, alcançada a partir das informações expostas no período anterior.
- 12 A supressão do trecho “o de” (ℓ.8) não comprometeria a correção gramatical nem alteraria os sentidos do texto.
- 13 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto, a expressão “Até então” (ℓ.2) poderia ser substituída por **Até aquela época**.
- 14 Na linha 7, o emprego do sinal indicativo de crase em “à sabedoria” e em “à prática do bem” justifica-se por serem termos regidos pela forma verbal “levar” (ℓ.6) e por estarem precedidos por artigo definido feminino.
- 15 O pronome na forma verbal “voltou-se” (ℓ.5) denota reciprocidade, aspecto enfatizado pela expressão “para si mesmo” (ℓ.5).

---

Espaço livre

---

---

Ainda com relação às propriedades linguísticas do texto CB2A2AAA, julgue os itens a seguir.

- 16** O trecho “para que ele consiga, por si próprio, iluminar sua inteligência e sua consciência” (ℓ. 10 e 11) expressa uma condição em relação à oração “despertando sua cooperação” (ℓ. 9 e 10).
- 17** Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto, o período “Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos” (ℓ. 12 e 13) poderia ser assim reescrito: Desse modo, o educador de verdade é aquele que desperta o espírito mais do que provê o conhecimento.
- 18** Na linha 13, o termo oracional “alguém que desperta os espíritos” define o perfil do indivíduo que se distingue do verdadeiro mestre e do provedor de conhecimentos e, por isso, está introduzido pela conjunção “mas”, que expressa oposição.
- 19** Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o trecho “permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que contesta os argumentos dos alunos” (ℓ. 15 a 17) poderia ser assim reescrito: de modo a aceitar que os discípulos refutem os argumentos dele assim como ele refuta os argumentos dos discípulos.
- 20** Por ser um advérbio, o vocábulo “só” (ℓ.17) poderia ser deslocado para imediatamente antes da forma verbal “dá” (ℓ.18), sem alteração dos sentidos do texto.
-

Tendo como referência o Código de Conduta da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento e vacância de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 21 Situação hipotética:** Em 2015, Mateus, servidor público, na presença de vários outros servidores, insubordinou-se gravemente em serviço. **Assertiva:** Nessa situação, Mateus poderá ser demitido do serviço público e a ação disciplinar relativa a esse fato prescreverá em 2020; no entanto, a instauração de processo disciplinar interromperá a prescrição daquela ação até a decisão final a ser proferida pela autoridade competente.
- 22** Não há vedação para que servidor público que esteja em gozo de licença para tratar de interesse particular participe da gerência ou administração de sociedade privada.
- 23** Atualmente, os servidores que tomam posse em cargos da justiça federal de primeiro e de segundo graus devem firmar termo de compromisso declarando ciência e adesão ao Código de Conduta da Justiça Federal.
- 24 Situação hipotética:** Severino, servidor público federal, sofreu acidente automobilístico que limitou a sua capacidade física, o que foi confirmado por inspeção médica oficial. **Assertiva:** Nessa situação, se Severino não for julgado incapaz para o serviço público, ele deverá ser readaptado, o que acarretará a vacância do cargo que ocupa.
- 25** Quando um servidor público federal é removido a pedido, com mudança de sede, independentemente do interesse da administração e por motivo de saúde própria, ele faz jus à ajuda de custo no valor de uma remuneração.
-



---

De acordo com disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, julgue os itens a seguir.

- 26** Se uma turma desse Tribunal Regional Federal proferir decisão em processo de sua competência, o julgamento de eventual reclamação relativa a esse processo será de competência da seção que a referida turma compõe.
- 27** É atribuição indelegável do presidente desse Tribunal Regional Federal determinar o imediato cumprimento da decisão que julgar procedente a reclamação.
- 28** Em conflito de competência a ser processado e julgado no âmbito desse Tribunal Regional Federal, o relator poderá julgar de plano, desde que exista súmula do Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça sobre a questão suscitada; no entanto, se existir apenas súmula do próprio tribunal sobre o tema, o relator deverá submeter o caso à Corte Especial, à qual caberá a decisão.
- 29** Compete à Corte Especial do Tribunal processar e julgar conflitos de atribuições entre autoridade administrativa e autoridade judiciária no Tribunal.

---

Espaço livre

---

Ainda no que diz respeito ao Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, julgue os próximos itens.

- 30** No embargo declaratório, é possível a sustentação oral pela parte que o opôs e, nesse caso, ela deverá apresentar requerimento ao relator até o dia anterior ao julgamento.
- 31** Para que a Corte Especial do Tribunal julgue matéria constitucional, o *quorum* mínimo é de dois terços de seus membros efetivos aptos a votar, não sendo considerados os cargos vagos, os casos de suspeição e impedimento e os cargos cujos titulares estejam afastados por tempo indeterminado.
- 32** Cabe à Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes sugerir medidas que facilitem a pesquisa de julgados e de temas submetidos a julgamento sobre incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência.
- 33** No âmbito do Tribunal, somente o relator, o juiz da causa e o Ministério Público poderão determinar que processos sejam submetidos aos núcleos de conciliação.

---

Com relação a improbidade administrativa e a aspecto constante da Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue os itens subsequentes.

- 34** Acompanhante de deficiente físico é a pessoa que desempenha a função de atendente pessoal desse deficiente.
- 35** Se servidor público, em conluio com representante de sociedade empresária, cometer ato de improbidade administrativa, ambos responderão pelo integral ressarcimento do dano causado, bem como estarão sujeitos, no que couber a cada um, às penalidades previstas na lei que trata da improbidade administrativa.
-

---

A respeito do direito das pessoas com deficiência, julgue os itens a seguir, considerando a legislação pertinente.

- 36** De acordo com a legislação, será considerada pessoa portadora de deficiência aquela cuja dificuldade de movimentar-se gere, permanentemente, redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora e da percepção.
- 37** De acordo com a Constituição Federal, o Estado deverá garantir a educação da pessoa com deficiência, preferencialmente, em rede especial de ensino, de acordo com as suas necessidades físicas e mentais.
- 38** Nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, os Estados-partes se comprometem a adotar medidas para modificar costumes que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência.
- 39** Sendo previsto tratamento especial nos casos de deficiência grave ou severa, constitui finalidade da política de emprego a incorporação da pessoa com deficiência ao sistema produtivo, mediante regime especial de trabalho protegido.
- 40** Os componentes de obra de urbanização, tais como os relativos aos serviços de comunicação, são definidos pela legislação como acessibilidade.
-

## Texto CB2A6AAA

Venho acompanhando pelo jornal um debate acalorado entre professores universitários a respeito de um tema da especialidade deles: sistemas de informação. O debate, que se iniciou com dois professores e acabou envolvendo outros mais, terminou sem que se chegasse a uma conclusão uniforme. Isso nos leva a concluir que o homem não é mesmo capaz de entrar em entendimento e que, por isso, o mundo está repleto de guerras.

José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 2007, p. 211. (com adaptações).

Acerca do raciocínio analítico e da argumentação empregados no texto CB2A6AAA, julgue os itens subsecutivos.

**41** Pode-se extrair do texto a seguinte proposição categórica afirmativa particular: “Alguns professores universitários participavam de um debate”.

**42** A conclusão apresentada no texto contém noções semiformalizadas.

---

## Texto CB2A6BBB

A maior prova de honestidade que realmente posso dar neste momento é dizer que continuarei sendo o cidadão desonesto que sempre fui.

Considerando o texto CB2A6BBB, julgue os itens seguintes, concernentes à argumentação e aos tipos de argumentos.

- 43** Pode-se inferir da frase que a maior parte dos cidadãos é corrupta e que, portanto, a sociedade é corrupta em sua totalidade.
- 44** A partir da frase apresentada, conclui-se que, não sendo possível provar que o que é enunciado é falso, então o enunciador é, de fato, honesto.
- 45** Verifica-se a ocorrência de falácia no argumento da frase.

---

A partir da proposição P: “Quem pode mais, chora menos.”, que corresponde a um ditado popular, julgue os próximos itens.

- 46** A negação da proposição P pode ser expressa por “Quem pode menos, chora mais”.
- 47** Do ponto de vista da lógica sentencial, a proposição P é equivalente a “Se pode mais, o indivíduo chora menos”.
- 48** A tabela verdade da proposição P, construída a partir dos valores lógicos das proposições simples que a compõem, tem pelo menos 8 linhas.
- 49** A negação da proposição P pode ser expressa por “Quem não pode mais, não chora menos”.
- 50** Se a proposição P for verdadeira, então o conjunto formado por indivíduos que podem mais está contido no conjunto dos indivíduos que choram menos.
-